



Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Agricultura e Mar

Deputado Pedro do Carmo

**Assunto: Audição de entidade do sector florestal**

A reunião de Conselho de Ministro de dia 4 de março de 2021 dedicada ao sector florestal, aprovou um conjunto de alterações legislativas e processuais com impactos na gestão do território e nas áreas de florestas e matos, que ocupam mais de 40 % da totalidade do país.

Desde 2016 que o Governo, no âmbito da Reforma da Floresta, tem dedicado a estas reuniões do Conselho de Ministros o tema das florestas, consultando e auscultando o sector e a sociedade. Contudo, estranhamente o pacote legislativo aprovado na reunião de março de 2021 não foi alvo de qualquer partilha ou discussão com os diversos atores interessados na floresta do nosso país.

Perante a alteração substancial relativa à envolvente institucional, a que a Floresta foi sujeita ao passar para a tutela do Ministério do Ambiente, bem como as questões que se pretende introduzir ao nível da propriedade privada, seria importante que os agentes da floresta fossem chamados a colaborar na procura da soluções determinadas pelo poder político.

A participação alargada nas soluções políticas é essencial para a eficiência das medidas em todas as áreas, no caso da Floresta a envolvência é ainda mais relevante uma vez que mais de 90% da propriedade é privada e que mantem desafios económicos.

Face ao exposto, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm requerer a audição na Comissão de Agricultura e Mar, um conjunto de entidades do sector florestal e do ordenamento do florestal, a saber: CAP, CNA, CONFAGRI, AJAP, UNAC, BALADI, Forestis, FNAP (Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais), Fena floresta; Fórum Florestal, Acréscimo, ANEFA, Celpa, AIFF (Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal), Centro Pinus e Ordem dos Engenheiros.

Palácio de São Bento, 04 de março de 2020



Os Deputados do PSD,